

Público

03-04-2019

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 31885

Temática: Política

Dimensão: 1057 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 10

Todos alertaram para problemas da CGD mas ninguém fez nada

Revisor oficial de contas diz que viu e alertou, mas que governos e Banco de Portugal nada fizeram. Regulador já tinha detectado problemas em 2011 e garante ter tomado medidas. Ninguém responde quais

Comissão de inquérito
Liliana Valente

As primeiras audições da comissão de Inquérito à Caixa Geral de Depósitos (CGD) foram profícuas em responsáveis a afirmar que detectaram problemas no banco público, mas nenhum especificou que medidas concretas tomou para os evitar. Esta foi a linha de defesa tanto do governador do Banco de Portugal (BdP), Carlos Costa, como o antigo governador, Vítor Constâncio, e ontem serviu também a Manuel de Oliveira Rego, o revisor oficial de contas (ROC) da Caixa de 2000 a 2015.

Manuel de Oliveira Rego garantiu aos deputados que alertou a tutela e o BdP para problemas com créditos e investimentos na CGD, sinalizações vertidas nos relatórios que lhes entregou a cada três meses (ao Ministério das Finanças) ou anualmente (ao BdP), mas que não foi ouvido.

O revisor assumiu que encontrou vários “índícios de coisas graves” e que alertou para o facto de poder haver “fraudes”. Algumas das situações encontradas estavam relacionadas com a concessão de crédito sem respeitar regras internas. “Isso aconteceu várias vezes e nós relatámos”, garantiu. Outros casos tinham a ver com a “inexistência de um colateral” ou com o facto de alguns créditos não terem “cobertura” que fosse “condizente com o que estava determinado internamente, os 120%”.

“Muitas e muitas folhas foram para o Ministério das Finanças, se foram lidas ou não...”, insinuou Manuel Rego em resposta à deputada Cecília Meireles (CDS). O BdP nunca o contactou, apenas “por interposta pessoa”, e o mesmo aconteceu com os diferentes titulares das pastas das Finanças de vários governos. Excepção: a partir de 2012, quando “o Ministério das Finanças pediu alguns quadros [números]”, disse a Paulo Sá (PCP). Nada mais.

O que não ficou claro foi como foram feitos os alertas a que o revisor se referiu, uma vez que os relatórios ainda não chegaram aos deputados. O ROC afirmou, em resposta a Carlos Silva (PSD), que estes não foram



Manuel de Oliveira Rego, revisor oficial de contas, foi ontem ouvido na comissão de Inquérito à CGD, no Parlamento

“**Muitas e muitas folhas [de relatórios] foram para o Ministério das Finanças. Se foram lidas ou não...**”

Manuel de Oliveira Rego
 Revisor Oficial de Contas

meros “pró-forma”, mas acabou por admitir que não deu “ênfase” aos reparos para “não alertar o público” e que a política a seguir era a de que tudo deveria ser feito “dentro do banco para resolver o problema”.

Caso mais difícil de perceber foi se, enquanto revisor, Manuel Rego detectou alguma situação em que não foram registadas imparidades de créditos que estavam em incumprimento. A questão foi colocada por deputados de diferentes partidos, mas o revisor recusou que tal pudesse ter acontecido. “Se não fosse registada uma imparidade, tínhamos de fazer uma reserva às contas e nenhuma administração queria uma coisa dessas”, disse em resposta a Rocha Andrade (PS). Em 15 anos, nem uma vez fez reservas às contas.

Questionado por Mariana Mortágua (BE) sobre os investimentos que tinham acções do BCP como colaterais (garantias), Manuel Rego garantiu que “foram constituídas imparidades”, sem dizer quando, se no ano em que foram sendo detectadas ou apenas em 2016, aquando da recapitalização. Aliás, sobre esse momento, o ROC tem a opinião de que houve um empolamento das imparidades e, como tal, o banco público pode vir a ter “nos próximos anos resultados muito positivos”.

O revisor garantiu ainda que foram exigidas “garantias reforçadas, quer por garantias reais – e às vezes foram –, quer por garantias pessoais – e às vezes foram”. Quais vezes? Não disse. Também não explicou que garantias reforçadas foram constituídas

uma vez que no caso de Joe Berardo, por exemplo, este não tinha património em seu nome além de uma “garagem no Funchal”, disse Mortágua.

Destas primeiras audições, resultaram poucos esclarecimentos concretos. Primeiro, Carlos Costa assumiu que a CGD tinha identificado problemas em 2011 e que foram feitas “injunções”, sem dizer quais. Depois, Vítor Constâncio disse que não tinha a tutela da supervisão e que o supervisor não podia “evitar” os problemas, mas acrescentou que “a Caixa não lhe dava preocupações”. Ontem foi o ROC a dizer que só *a posteriori* podia fazer alertas e que cabe aos órgãos sociais “assumir responsabilidades”.

liliana.valente@publico.pt